

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 27/12/2013 à 31/12/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	44
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	240.558
Preferenciais	0
Total	240.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	1.438.351	760.538	1
1.01	Ativo Circulante	37.425	171.459	1
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.288	250	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.017	159.885	0
1.01.03	Contas a Receber	17.924	0	0
1.01.03.01	Clientes	17.924	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.250	3.365	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.250	3.365	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.533	7.525	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.413	434	0
1.01.08.03	Outros	2.413	434	0
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	89	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.400.926	589.079	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.894	17.049	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.350	12.177	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.350	12.177	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.417	4.766	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	106	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	106	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.127	0	0
1.02.03	Imobilizado	4.295	3.594	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.295	3.594	0
1.02.04	Intangível	1.371.737	568.436	0
1.02.04.01	Intangíveis	1.371.737	568.436	0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.371.737	568.436	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	1.438.351	760.538	1
2.01	Passivo Circulante	931.627	103.477	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.225	4.471	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.316	928	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.909	3.543	0
2.01.02	Fornecedores	81.130	11.429	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	81.130	11.429	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.042	3.432	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.228	503	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	135	86	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.679	2.843	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	634.959	77.532	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	634.959	77.532	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	634.959	77.532	0
2.01.05	Outras Obrigações	201.132	6.613	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	198.374	0	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	146.224	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	52.150	0	0
2.01.05.02	Outros	2.758	6.613	0
2.01.06	Provisões	139	0	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139	0	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	139	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	305.832	440.698	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	303.419	439.903	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	303.419	439.903	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	303.419	439.903	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.987	795	0
2.02.02.02	Outros	1.987	795	0
2.02.04	Provisões	426	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.04.02	Outras Provisões	426	0	0
2.02.04.02.04	Provisões para Conserva Especial	426	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	200.892	216.363	1
2.03.01	Capital Social Realizado	240.558	240.000	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-39.666	-23.637	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 27/12/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	958.064	462.823	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-883.709	-462.823	0
3.03	Resultado Bruto	74.355	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.285	-41.266	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-62.221	-41.266	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-64	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.070	-41.266	0
3.06	Resultado Financeiro	-36.272	5.452	0
3.06.01	Receitas Financeiras	6.052	11.727	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.324	-6.275	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-24.202	-35.814	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.173	12.177	0
3.08.02	Diferido	8.173	12.177	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.029	-23.637	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.029	-23.637	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 27/12/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.741	-5.835	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.672	-5.042	0
6.01.03	Outros	-5.069	-793	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-481.247	-734.326	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	508.026	740.410	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.038	249	1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	250	1	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.288	250	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.04	Transações de Capital com os Sócios	558	0	0	0	0	558
5.04.01	Aumentos de Capital	558	0	0	0	0	558
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.029	0	-16.029
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.029	0	-16.029
5.07	Saldos Finais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.999	0	0	0	0	239.999
5.04.01	Aumentos de Capital	239.999	0	0	0	0	239.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.637	0	-23.637
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.637	0	-23.637
5.07	Saldos Finais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 27/12/2013 à 31/12/2013

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.07	Saldos Finais	1	0	0	0	0	1

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 27/12/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	968.876	462.823	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	130.038	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	838.838	462.823	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-901.770	-489.498	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-838.838	-462.823	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-62.932	-26.675	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	67.106	-26.675	0
7.04	Retenções	-10.561	-2.413	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.561	-2.413	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	56.545	-29.088	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.424	11.740	0
7.06.02	Receitas Financeiras	6.052	11.726	0
7.06.03	Outros	372	14	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	62.969	-17.348	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	62.969	-17.348	0
7.08.01	Pessoal	27.450	9.390	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.423	7.143	0
7.08.01.02	Benefícios	4.713	1.867	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.314	380	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.763	-10.612	0
7.08.02.01	Federais	2.984	-10.612	0
7.08.02.02	Estaduais	142	0	0
7.08.02.03	Municipais	5.637	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.785	7.511	0
7.08.03.01	Juros	40.375	6.195	0
7.08.03.02	Aluguéis	2.239	1.273	0
7.08.03.03	Outras	171	43	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.029	-23.637	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.029	-23.637	0

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Cuiabá, 03 de maio de 2016 – A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”) divulga hoje seus resultados do exercício de 2015.

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado de Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação de capacidade da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.2. Destaques

Destaques Financeiros:

Em abril de 2015 foi liberada a 3ª tranche do empréstimo ponte do BNDES no valor de R\$ 150.000 mil, totalizando R\$ 590.000 mil desembolsados.

Em agosto de 2015 a Companhia contratou junto à Caixa Econômica Federal um empréstimo ponte no valor de R\$ 300.000 mil, que foram totalmente desembolsados em setembro de 2015.

Destaques de Obra:

O primeiro trimestre de 2015 foi marcado pela entrega do Trabalhos Iniciais na BR-163/MT, atendendo a meta estabelecida no PER para melhoria da segurança e conforto dos usuários que trafegam no trecho sob concessão da CRO.

Em 23 de março de 2015 foi emitida Licença de Instalação nº 65034/2015 a qual permite os trabalhos de duplicação e melhorias na rodovia nos trechos do km 0,00 ao km 94,9 e do km 507,1 ao km 855,00. Esta licença permitirá a CRO dar continuidade ao seu plano de investimentos.

Destaques Operacionais:

Em 06 de setembro de 2015 foi aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o início da arrecadação de pedágio pela Companhia que com quatro meses de operações, no ano de 2015, conseguiu arrecadar R\$ 122.414 mil.

1.3. Perspectivas

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Após a conclusão das obrigações contratuais para início da cobrança do pedágio e conclusão da duplicação de trecho com 117,6 quilômetros, entre os municípios de Rondonópolis e Itiquira, a CRO concentrará esforços nas frentes de ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço, recuperação do sistema existente, visando atendimento das metas anuais do Programa de Exploração da Rodovia.

A CRO busca financiamento de longo prazo, para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão, junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, bancos que divulgaram condições de apoio para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística (“PIL”).

Além do financiamento de longo prazo a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (“FDCO”), além de debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Receitas

Descrição	Em milhares de reais		
	2015	2014	Var. (%)
Receita de obra de infraestrutura	838.838	462.823	81%
Receitas de Pedágio	122.414	-	-
Receitas Acessórias e Outras	7.624	-	-
Receita Bruta	968.876	462.823	109%
Tributos sobre serviços de operação	(10.812)	-	-
Receita Líquida	958.064	462.823	107%

A Companhia iniciou, em setembro de 2015 a operação da arrecadação do pedágio gerando R\$ 122.414 mil de receita até 31 de dezembro de 2015

2.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais		
	2015	2014	Var. (%)
Custos dos serviços	(44.871)	-	-
Custos de obra de infraestrutura	(838.838)	(462.823)	81%
Despesas Gerais e Administrativas	(62.221)	(41.266)	51%

Com o início da operação de arrecadação a Companhia passou a somar custos de serviços que totalizaram R\$ 44.871 mil.

Os Custos de Obra de Infraestrutura totalizaram R\$ 838.838 mil, apresentando aumento em comparação com o exercício findo em 2014, devido a concentração de obras para atingir as metas obrigatórias para o início da arrecadação do pedágio.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 62.221 mil, representando um aumento de 51% em relação ao ano de 2014. O aumento das despesas gerais da Companhia está atrelado principalmente à contratação de novos integrantes para os serviços de arrecadação da rodovia e a contratação de novos serviços de terceiros.

2.3. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	2015	2014	Var. (%)
Resultado líquido do período	(16.029)	(23.637)	(32%)
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	(8.173)	(12.177)	(33%)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	36.272	(5.452)	(765%)
(+/-) Outras (despesas) receitas	(408)	(72)	466%
(+/-) Depreciação / Amortização	10.562	2.413	338%
(+/-) Provisões	558	-	-
EBITDA	22.782	(38.925)	-159%

O EBITDA atingiu, no exercício findo em 2015, o montante de R\$ 22.782 mil, registrando aumento em relação a 2014, devido à melhora no resultado líquido da Companhia, que iniciou a arrecadação do pedágio em 2015.

2.4. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	2015	2014	Var. (%)
Receitas Financeiras	6.052	11.727	(48%)
Despesas Financeiras	(42.324)	(6.275)	574%
Resultado Financeiro Líquido	(36.272)	5.452	(765%)

No ano de 2015, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 36.272 mil, registrando uma redução ante o ano de 2014, devido ao aumento das despesas financeiras, reflexo da liberação da 3ª tranche do empréstimo ponte com o BNDES, da contratação do empréstimo ponte da Caixa e o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 6.052 mil em 2015, o que significa uma redução de 48% sobre o ano anterior.

2.5. Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	Var. (%)
Dívida Bruta	938.378	517.435	81%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(10.305)	(160.135)	-94%
Dívida Líquida	928.073	357.300	160%

No exercício findo em 2015, o Endividamento da Companhia apresentou aumento de 81% comparado ao exercício findo em 2014, totalizando R\$ 928.073 mil. Este aumento se deve a liberação da 3ª tranche do empréstimo ponte com o BNDES, no

Relatório da Administração

Relatório da Administração

valor de R\$ 150.000 mil e da liberação do empréstimo ponte da Caixa no valor de R\$ 300.000 mil. Todas dívidas da Companhia são em moeda nacional.

2.6. Investimentos

No ano de 2015 os investimentos totalizaram R\$ 1.383.111 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização, às obras de duplicação do km 0,00 ao km 117,6, ao sul de Rondonópolis, à conclusão das obras das praças de pedágio, bem como à construção de alguns dispositivos que compõe o sistema rodoviário.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,8 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores nominais).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o ano de 2015 com o efetivo de 734 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI’s com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o ano de 2015 o CCO registrou 107.158 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 63.226 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guindauto e combate a incêndio;
- 40.068 acionamentos para remoção de veículos;
- 3.864 acionamentos para as ambulâncias.

3.3. Mercado

A BR-163/MT é uma rodovia com papel bastante significativo para o corredor de transporte rodoviário do país, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias do setor agrícola e pecuário. A região é um pólo

Relatório da Administração

Relatório da Administração

produtor de soja, milho e algodão, além de importante região de criação de gado, uma vez que cruza o estado de Mato Grosso, um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos.

O principal motor do crescimento econômico do Estado foi e deve continuar sendo o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista a grande competitividade da produção local, associada ao fato de que o Mato Grosso representa a principal fronteira agrícola do País. Os principais destaques são as cadeias da soja, milho, bovinos e algodão, incluindo a geração de valor adicionado dentro da indústria de alimentos e biocombustíveis.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima criada sob a forma de subsidiária integral de propósito específico, de capital fechado, da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Técnico de Engenharia. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

5. Sustentabilidade

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

A CRO realizou um mapeamento social nos 19 municípios que compõem o trecho sob concessão com objetivo de compreender o entendimento dos stakeholders (representantes dos governos municipal e estadual, poder legislativo, empresas, comércio, terceiro setor, entidades de classe, ONGs e lideranças comunitárias) a respeito dos temas social, ambiental e econômico para direcionar suas iniciativas de responsabilidade social.

Em 2015 a Companhia deu continuidade ao projeto “Rota Segura”, que promove a Semana do Trânsito periodicamente nos municípios em que a rodovia atravessa o perímetro urbano. O projeto tem o objetivo de conscientizar crianças, jovens, adultos e idosos sobre as leis de trânsito e melhores práticas. Em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, a CRO realiza palestras orientativas e lúdicas nas empresas, comércio, espaços públicos, escolas e universidades. Para as crianças até 12 anos, é montado um grupo de teatro denominado “Patrulha do Trânsito”. Este projeto tem beneficiado pessoas em cidades distintas: Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Várzea Grande, Jaciara e Rondonópolis.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Para os caminhoneiros, que representam o principal público usuário da BR-163 MT, a CRO criou o projeto Parada Legal do Oeste. Trata-se de uma campanha de saúde e segurança, cujo objetivo é reduzir o número de acidentes na rodovia através da conscientização para uma direção segura, cuidados com a saúde e manutenção do veículo. Os eventos contam com serviços de saúde e de bem-estar, além de palestras de educação sobre o trânsito.

A Companhia em conjunto com a Construtora Norberto Odebrecht iniciou o projeto social Infância de Direitos, que tem o objetivo de combater a exploração sexual de menores e adolescentes nos municípios localizados ao longo da BR-163/MT. O projeto, em parceria com a ONG Terra dos Homens, vai conscientizar os integrantes da Rota do Oeste, Construtora Norberto Odebrecht - CNO e os usuários da BR-163, principalmente, os caminhoneiros, sobre este tema.

Em 2015 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios limítrofes no valor de R\$ 14.959 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 5.326 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio.

5.2. Meio Ambiente

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

A CRO também é responsável pela execução do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBAi) que anteriormente estava sob responsabilidade do DNIT. A CRO vem executando este PBAi, que tem duração de dois anos.

6. Mensagem da Administração

O ano de 2015 foi muito gratificante pelos resultados alcançados. Os trabalhos já realizados transformaram rapidamente a realidade da BR-163 no Mato Grosso. Foram realizadas melhorias como a duplicação de trecho de 117,6 quilômetros entre os municípios de Rondonópolis e Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul), a execução de dispositivos para melhoria da fluidez na rodovia, recuperação emergencial da pista existente em todo o trecho de 453,9 quilômetros sob responsabilidade da CRO, além da continuidade e melhoria dos serviços de atendimento ao usuário.

Para 2016 o desafio também é grande, com a prioridade voltada à recuperação emergencial de trechos que antes estavam sob a responsabilidade do DNIT.

No âmbito das operações, a CRO tem o objetivo de dar continuidade aos atendimentos e, com os serviços operacionais prestados, tem a meta de diminuir o índice de acidentes e vítimas que ocorrem na rodovia.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

A administração da CRO registra seu agradecimento aos seus integrantes, ao acionista, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, às instituições financeiras que apoiam o programa de investimentos, que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento e a Polícia Rodoviária Federal.

Conselho de Administração

Renato Ferreira de Mello Junior	Presidente
Marcelo Fogaça Cristante	Vice-Presidente
Paulo Henrique dos Santos Quaresma	Membro titular
Júlio César Duarte Perdigão	Membro titular
Adriano Lima Ferreira	Membro titular
Alcir Guimarães	Suplente Presidente
Adriano Sá de Seixas Maia	Suplente Vice-Presidente
Fernanda de Goes Pittelli Granato	Suplente
Fabio Adriano Toscano Rebouças	Suplente
Marcelo Felberg	Suplente

Diretoria Executiva

Paulo de Meira Lins	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Jackson Lisboa de Carvalho	Diretor Técnico de Engenharia

Contador

Ailton da Silva de Oliveira
CRC 026104/OS-8 BA

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com o objetivo de explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), que tem como objeto social:

- (i) recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com as instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão (“Sistema Rodoviário”); e
- (ii) exploração de eventuais receitas complementares, acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio, decorrente da exploração do Sistema Rodoviário e de projetos associados.

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, dentre outros. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A tarifa de pedágio é reajustada anualmente de acordo com a data de contrato de concessão firmada em 12 de março de 2014 com publicação no Diário Oficial da União em 21 de março, através do índice de reajuste IPCA.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT")

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Notas Explicativas

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht. Embora a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 02 de maio de 2016.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015

Atendendo a determinação do Ofício nº 121/2016 – CVM/SEP/GEA-2, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários – "CVM", datado de 18 de abril de 2016, a Companhia aprimorou certas informações relevantes à obtenção do "Registro Inicial de Companhia Aberta – Categoria B, complementadas nas notas explicativas 1, 2.3(g), 2.3(n), 2.3(o), 2.3(r), 6, 11, 13, 14, 20 e 28. Como consequência, a Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis inicialmente emitidas em 11 de março de 2016.

Notas Explicativas

2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2015, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2015, compreende a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber" (Nota 9) e "Outros ativos".

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Notas Explicativas

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de Concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, é registrada como ativo intangível na medida em que o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Notas Explicativas

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, totalizando em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 426.

Notas Explicativas

k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Notas Explicativas

m) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

n) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01-R1

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01-R1, quando a concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão, de acordo com a ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Natureza do contrato	Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Concessão - ativo intangível	838.838	462.823	(838.838)	(462.823)	-	-

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

Notas Explicativas

o) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

p) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

q) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

r) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

s) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui

Notas Explicativas

a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.4. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Notas Explicativas

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Notas Explicativas

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	81.130	1.987
Partes relacionadas	198.374	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	11.429	795
Empréstimos e financiamentos	77.532	439.903

Notas Explicativas

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração;

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
TJLP	6,3%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	(*)

Banco Caixa Geral - 31/12/2015. Fonte: Projeção

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo	
TJLP (*)	6,8%	8,5%	10,2%	(*)

Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte BNDES	fev/16	Alta TJLP	54.888	54.895	54.902
Empréstimo Ponte CEF	mar/17	Alta TJLP	34.721	34.996	35.271

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro 2014 podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	938.378	517.435
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(5.288)	(250)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(5.017)	(159.885)
Dívida líquida	928.073	357.300
Total do patrimônio líquido	200.892	216.363
Total do capital	1.128.965	573.663
Índice de alavancagem financeira - %	82	62

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	5.288	250
Aplicações financeiras	5.017	159.885	-	-
Contas a receber	-	-	17.924	-
Outros ativos	-	-	2.324	3.799
	5.017	159.885	25.536	4.049

	Outros passivos financeiros	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	938.378	517.435
Fornecedores	83.117	12.224
Partes relacionadas	198.374	-
Contas a pagar	2.758	6.613
	1.222.627	536.272

Notas Explicativas

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios (*)	17.924	-
Total de contas a receber	17.924	-
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	5.017	159.885
	5.017	159.885
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	18	10
Bancos conta movimento	3.949	240
Numerários em trânsito	784	-
Fundo de troco	537	-
	5.288	250
	10.305	160.135

(*) o valor de Pedágios no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 havia sido divulgado o montante de R\$ 17.654, sendo que o valor correto é R\$ 17.924 conforme demonstrado no quadro acima.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa geral	18	10
Bancos conta movimento	3.949	240
Numerários em trânsito	784	-
Fundo de troco	537	-
	5.288	250

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 5.017 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 159.885). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura.

9. Contas a receber

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
AVI	17.585	-
Receitas acessórias	269	-
Outras contas a receber	70	-
	17.924	-

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2015, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

10. Despesas antecipadas

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a apropriar	6.475	7.154
Despesas com financiamentos a apropriar	2.475	5.137
	8.950	12.291
Ativo circulante	5.533	7.525
Ativo não circulante	3.417	4.766

11. Partes relacionadas

Parte dos serviços contratados e materiais fornecidos para a execução das obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT foram realizados por fornecedores e prestadores de serviços que possuem relacionamento com a Companhia.

Essas contratações obedeceram aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

a) Composição

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado de serviços prestados	
			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	16	212	131
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO") (ii)	-	115	847	305
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional ("OECI") (iii)	89	43.001	479.726	357.969
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	146.208	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	1.362	1.449	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	7.672	26.620	-
Odeprev (vii)	-	-	102	189
Fundação Odebrecht (viii)	-	-	7	11
Em 31 de dezembro de 2015	89	198.374	508.963	358.605
Em 31 de dezembro de 2014 (*)	106	-	-	-

(*) Refere-se basicamente a repasse de despesas administrativas, o montante de R\$ 106 registrado na rubrica "Outros créditos e valores".

(i) O montante de R\$ 16, refere-se a prestação de serviços em *software* de gestão financeira (MwD), pela Odebrecht Ambiental.

(ii) O montante de R\$ 115 refere-se a rateio de despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação), pela Construtora Norberto Odebrecht S.A.

(iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual Odebrecht Engenharia e Construções Internacional S.A ("OECI"), para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, INCC, IPCA, Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$116.925.811,15 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

(iv) O montante de R\$ 141.402 refere-se a mútuo com a ODBVias e o montante de R\$ 4.806 refere-se a juros sobre mútuo, tendo remuneração de 125% do CDI.

Notas Explicativas

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos.

(v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Não há garantias previstas neste contrato.

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, está registrado na rubrica “Partes relacionadas” o montante de R\$ 7.672. Não há garantias previstas neste contrato.

(vii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia (Nota 2.2 (n)).

(viii) Fundação Odebrecht refere-se ao fornecimento de livros da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”).

Notas Explicativas

a) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos diretores, estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, totalizaram os montantes de R\$ 3.230 e R\$ 1.652, respectivamente.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários	2.676	1.298
Encargos	535	260
Previdência complementar	14	18
Outros	5	76
	3.230	1.652

b) Participação no lucros e resultados

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 4.890 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.481) (Nota 16).

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	14.648	2.577
Resultado pré-operacional	28.345	14.035
Juros capitalizados e custo de transação	(22.643)	(4.435)
	20.350	12.177

Conforme projeções de resultados preparadas pela administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2015, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2016	7.918	4.497
2017	3.961	1.920
2018	-	1.920
2019	-	1.920
2020 em diante	8.471	1.920
	20.350	12.177

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

13. Imobilizado

Notas Explicativas

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	145	579	530	1.468	1.598	4.320
Depreciação/exaustão	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	139	535	498	1.263	1.159	3.594
Aquisições	738	636	43	322	56	1.795
Depreciação	(63)	(180)	(66)	(328)	(434)	(1.071)
Baixa líquida	(1)	-	-	(22)	-	(23)
Saldo contábil	813	991	475	1.235	781	4.295
Custo	882	1.215	573	1.819	1.654	6.143
Depreciação/exaustão acumulada	(69)	(224)	(98)	(584)	(873)	(1.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	813	991	475	1.235	781	4.295
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Nota 21 e 22.

14. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	-	15.556	554.392	176	570.124
Transferências	10.766	3.690	-	(14.456)	-	-
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.658	3.653	14.024	539.936	166	568.437
Aquisições	-	795	-	812.045	148	812.988
Transferências	545.287	43.912	129.800	(718.999)	-	-
Amortização	(5.820)	(772)	(2.844)	-	(54)	(9.490)
Baixas, líquidas de amortização	-	(181)	-	-	(17)	(198)
Saldo contábil	550.125	47.407	140.980	632.982	243	1.371.737
Custo	556.052	48.397	145.356	632.982	324	1.383.111
Amortização	(5.927)	(990)	(4.376)	-	(81)	(11.374)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	550.125	47.407	140.980	632.982	243	1.371.737
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a..

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Nota 21 e 22.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e periodicamente revisada.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referem-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

Notas Explicativas

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação apresentada no quadro consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação apresentada no quadro consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos apresentada no quadro consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

15. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimo Banco ABC S.A.(a)	R\$	DI + 2,3%	-	77.708
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	640.806	444.650
Empréstimo Caixa Economica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	307.860	-
Custos de captação a amortizar	R\$		(10.288)	(4.923)
			938.378	517.435

(-) Passivo circulante

Empréstimo e financiamentos Banco ABC S.A.(a)	-	77.532
Empréstimos BNDES	634.959	-
	634.959	77.532

Passivo não circulante

Empréstimos BNDES	-	439.903
Empréstimo Caixa Economica Federal	303.419	-
Passivo não circulante	303.419	439.903

(a) Banco ABC S.A.

Em 12 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação de Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$

Notas Explicativas

75.000, que foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014. Foram emitidas dez Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,3% a.a..

Em 20 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. com amortização total de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

(b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES será realizado em parcela única.

(c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal (“CEF”) assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou o desembolso total do financiamento.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto a CEF será realizado em parcela única em 20 de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas

(d) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

(i) Principais compromissos assumidos (“covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Encargos sociais	4.233	1.977
Benefícios a empregados	102	13
Participação nos lucros e resultados	4.890	2.481
	9.225	4.471

17. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a pagar	607	3.947
Verbas do contrato de concessão	2.146	2.666
Outras contas a pagar	5	-
	2.758	6.613

18. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reclamações cíveis	139	-
	139	-

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 660 em 31 de dezembro de 2015.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 24 de julho de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aumentou o capital social mediante emissão de 558.000 novas ações ordinárias no montante de R\$ 558, passando de R\$ 240.000 para R\$ 240.558.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 240.558 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 240.000), representado por 240.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

20. Receita líquida

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	838.838	462.823
Receitas em numerário	51.095	-
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	40.466	-
Receitas de vale pedágio (iii)	30.617	-
Outras receitas	7.860	-
Receita de operação	130.038	-
Receita total	968.876	462.823
Tributos sobre serviços de operação	(10.812)	-
	958.064	462.823

(i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, R\$ 838.838 e R\$ 462.823, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

A cobrança de pedágio, iniciada em 06 de setembro de 2015, é uma das fontes de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

21. Custo dos serviços

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Amortização do intangível	(5.602)	-
Salários	(13.394)	-
Gastos gerais	(7.743)	-
Serviços de terceiros	(14.413)	-
Seguros	(1.416)	-
Materiais	(1.799)	-
Aluguéis	(504)	-
	(44.871)	-
Custo de construção ICPC 01-R1	(838.838)	(462.823)
	(883.709)	(462.823)

Notas Explicativas

22. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos	(18.945)	(10.900)
Serviços de terceiros	(20.320)	(10.764)
Depreciação e amortização	(4.959)	(2.413)
Despesas com veículos	(3.743)	(1.631)
Gastos gerais	(14.254)	(15.558)
	(62.221)	(41.266)

23. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(27.359)	(7.694)
Juros sobre atraso	(11.305)	-
Outras	(3.660)	1.419
	(42.324)	(6.275)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	5.653	11.719
Outras	399	8
	6.052	11.727

24. Imposto de renda e contribuição social diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
(Prejuízo) antes dos impostos	(24.202)	(35.814)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	8.229	12.177
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(56)	24
Efeito IR e CSLL no resultado	8.173	12.201
IR e CSLL diferidos	8.173	12.177
Total de IR e CSLL diferidos	8.173	12.177

Notas Explicativas

25. Prejuízo por ação

Básico

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Prejuízo do exercício	(16.029)	(23.637)
Quantidade média ponderada de ações	240.246	227.473
Prejuízo básico por lote de mil ações	(66,72)	(103,91)

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	(*)

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

27. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício de 2015:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fornecedores	(120.792)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(120.792)	-
Aquisição de ativo intangível	120.792	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	120.792	-

- b) A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor apresenta os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

28. Eventos subsequentes

a) Pedido de registro junto à CVM

- Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro de companhia aberta à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a categoria “B”, no qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

O pedido de registro de companhia aberta da Companhia é motivado em razão da intenção da Companhia de ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários e o mercado em geral, e acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

b) BNDES

- Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 até 15 de abril de 2016.
- Em 12 de abril de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 até 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 até 8 de maio de 2016.

c) Partes relacionadas

- Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 19.101, remunerado à taxa de 125% do CDI, com vencimento inicial previsto para 31 de março de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.
- Em 14 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 15.086, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 29 de abril de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.
- Em 28 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 20.105, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 02 de maio de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Com relação ao vencimento dos contratos de mútuos, estes são aditados de tempos em tempos, pois perante cláusula de subordinação prevista nestes contratos, os mesmos só poderão ser amortizados após a liquidação do empréstimo ponte firmado com o BNDES.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A.(Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

- Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

- Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

- Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

- Ênfase

Início das operações:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015 e, portanto, passou a auferir receitas de pedágio a partir desta data. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não está modificada com referência a este assunto.

Endividamento de curto prazo:

Adicionalmente, sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de a Companhia ter incorrido no prejuízo líquido de R\$ 16.029 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de R\$ 894.202 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 28 a Companhia encontra-se em negociação junto a instituições financeiras para a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia e dos seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto.

Operação Lava Jato:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

Reapresentação das Demonstrações Contábeis:

Em 11 de março de 2016, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, especificamente certas divulgações à referidas notas explicativas foram complementadas pela Administração, em atendimento a determinação do Ofício nº 121/2016 – CVM/SEP/GEA-2, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários – “CVM”, datado de 18 de abril de 2016, como parte de certas informações relevantes à obtenção do “Registro Inicial de Companhia Aberta – Categoria B. Como consequência a Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis inicialmente emitidas em 11 de março de 2016, Em função da relevância do assunto mencionado anteriormente, estamos cancelando o relatório emitido em 11 de março de 2016 e reemitindo nessa data a nossa opinião sem modificação sobre as referidas demonstrações contábeis para o exercício findo naquela data, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A presente opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

- Outros Assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2016.

Nelson Fernandes Barreto Filho

Contador CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Cuiabá, 03 de maio de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Cuiabá, 03 de maio de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia